

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

ATA DA 1ª REUNIÃO, INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

1 Nos dias dezesseis, dezessete e dezoito de maio de dois mil e vinte e três, foi realizada a 1ª Reunião,
2 Instalação e Eleição da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+,
3 sob a Coordenação da Conselheira Danielle Santa Brígida (Secretaria Nacional dos Direitos das
4 Pessoas LGBTQIA+). Estiveram presentes: Conselheira Adelaide Suely de Oliveira (Ministério do
5 Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome); Conselheiro Agnaldo Knevez (CFESS);
6 Conselheiro Anderson Cavichioli (RENOSP-LGBTI); Conselheiro Andrey Roosevelt Chagas
7 Lemos (Ministério da Saúde); Conselheira Anatalina Lourenço da Silva (Ministério do Trabalho e
8 Emprego); Conselheira Aline Luana de Oliveira Chaves (Coletivo LGBTI+ Sem Terra); Conselheira
9 Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Conselheiro Arthur Cristovão Prado
10 (Advocacia-Geral da União); Conselheira Bruna Benevides (ANTRA); Conselheira Bel Sá;
11 Conselheiro Claudio Nascimento (Aliança Nacional LGBTI); Conselheira Daniela Salomão Gorayed
12 (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos); Conselheira Daniele Russo Barbosa Feijó
13 (Advocacia-Geral da União); Conselheira Danielle Santa Brígida (Secretaria Nacional dos Direitos
14 das Pessoas LGBTQIA+); Conselheira Deborah Sabará Alves da Silva (ABGLT); Conselheiro
15 Delmiro José Carvalho Freitas (ARTGAY); Conselheira Denise Santos Soares (ART JOVEM
16 LGBT); Conselheiro Eduardo da Rocha Modesto Galvão (Ministério das Relações Exteriores);
17 Conselheiro Enzo Gael Loureiro Gomes (IBRAT); Conselheiro Fabian Algarte da Silva (IBRAT);
18 Conselheira Fernanda Costa de Lima (União Nacional LGBT); Conselheira Girlayne Carvalho
19 Machado (Mães da Resistência); Conselheiro Hiris de Paulo Martins (Ministério da Igualdade
20 Racial); Conselheiro Hiago Mendes Guimarães (Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas
21 LGBTQIA+); Conselheira Ione Baotista Lidgren (ABL); Conselheira Isabella Silva Ferreira
22 (Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República); Conselheira
23 Janaina Barbosa de Oliveira (REDE AFRO); Conselheiro José Christovam de Mendonça Filho

24 (CNTE); Conselheira Keila Simpson (Abong); Conselheira Jovanna Cardoso da Silva
25 (FONATRANS); Conselheira Léo Ribas (LBL); Conselheiro Luan de Moraes Melo (Ministério
26 Público Federal); Conselheiro Marco Antonio Torres (AMPEDE); Conselheira Maria Luiza
27 Rodrigues de Aquino (Ministério das Mulheres); Conselheiro Nilson Florentino Júnior (Secretaria
28 Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República); Renato Simões, Secretário
29 Nacional de Participação Social - SNPS/SG/PR; Conselheira Rivania Rodrigues da Silva
30 (CANDACES); Symmy Larrat Brito de Carvalho, Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas
31 LGBTQIA+; Conselheiro Vitor Marcelo Almeida (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços
32 Públicos); Conselheiro Walmir Siqueira (Central Única dos Trabalhadores CUT - Coletivo LGBT);
33 Conselheiro Washington Luiz Santos do Nascimento Dias (NEGROS LGBT- REDE AFRO).

34

35 **Abertura da reunião:** A Sra. Danielle Santa Brígida iniciou a reunião cumprimentando a todos/as,
36 informou que as câmaras técnicas serão estabelecidas de forma permanente no conselho, que será
37 iniciado o processo eleitoral da mesa diretora, a proposição da republicação das principais resoluções
38 que existiram no Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD/LGBT, a definição do
39 calendário de reuniões do conselho e que haverá uma apresentação do PPA pelo Sr. Renato Simões.
40 Logo em seguida, a Sra. Amanda Anderson de Souza se apresentou, salientou que os órgãos
41 governamentais não receberam chamados antecipados, que é necessário haver agendas conjuntas com
42 outros conselhos e discorreu sobre a discussão sobre a igualdade de gênero que haverá no Ministério
43 das Mulheres à tarde. Cientificou que essa pauta intersecciona com outras pautas, sendo necessário
44 consultar o calendário para não haver conflitos com agendas importantes e existir políticas públicas
45 para a população. Relembrou que as assessorias de participação social e diversidade foram criadas
46 para que exista a participação efetiva governamental em todos os campos. Depois, foi destacado que
47 a participação social é uma prioridade para o governo e para a garantia de diálogo com a sociedade
48 civil. Foi ressaltado sobre o PPA participativo, o reestabelecimento dos conselhos e destacado que a
49 agenda dos movimentos sociais e da sociedade civil que não pode ser prejudicada por causa do
50 processo do governo. Foi acrescentado que o processo burocrático atrasa a participação, que houve o
51 diálogo com os ministérios para tentar publicar os conselheiros governamentais e da sociedade civil

52 no mesmo momento, o que não foi possível por causa do processo burocrático. Ato seguinte, a Sra.
53 Janaina Barbosa de Oliveira cumprimentou a todos/as, destacou a importância do calendário para
54 organizar a participação do titular ou do suplente, sendo necessário ter força de resolução.
55 Argumentou que compreende a ausência da questão governamental, mas que é necessário avançar
56 com as pautas. Com a palavra, o Sr. Claudio Nascimento cumprimentou a todos/as, salientou a
57 importância da organização para responder ao conselho, sendo fundamental a presença
58 governamental. Sugeriu que caso exista um tema importante, a discussão pode ser prorrogada para
59 uma reunião com mais participantes e acrescentou que podem trabalhar com agendas específicas.
60 Finalizou concordando com o alinhamento do calendário. Ato contínuo, a Sra. Daniele Russo Barbosa
61 Feijó se apresentou, informou que a AGU, ao questionar as pessoas, não obtiveram resposta por
62 intermédio da participação da assessoria de participação social da AGU, sendo necessário um fluxo
63 de comunicação mais assertivo e organizar as agendas. Depois, o Sr. Douglas sugeriu que os
64 representantes governamentais informem dados para contato. Ato contínuo, a Sra. Bel Sá anunciou
65 que o comunicado da reunião foi recebido na segunda-feira, e asseverou que, com o calendário será
66 possível organizar as reuniões e a emissão de passagens. Na sequência, o Sr. Washington Luiz Santos
67 do Nascimento Dias cumprimentou a todos/as, se apresentou, pontuou que está reestabelecendo o
68 fluxo do conselho, que deve ser mantida uma cultura política e organizativa, sendo fundamental a
69 elaboração do calendário e a publicação como uma resolução no conselho. Relembrou que o governo
70 anterior não permitia o diálogo e sugeriu estabelecer o calendário hoje e publicar uma resolução
71 assinada pela nova mesa diretora para não reiterar o assunto nas próximas reuniões. Depois, foi
72 avisado que os representantes da sociedade civil que precisarem prestar contas podem falar com o Sr.
73 Paulo. Em seguida, a Sra. Danielle Santa Brígida notificou como encaminhamento a permanência do
74 estabelecimento do calendário na pauta. Explicou que no antigo conselho havia a Câmara Técnica de
75 Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de
76 Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos para LGBT e adicionou que atualmente o Plano não
77 está vigente. Depois foi questionado se o regimento mencionado é o aprovado em 2018, porque tinha
78 sido aprovado um outro regimento que substituíra o Plano pela Política Nacional, sendo substituído o
79 regimento interno. A Sra. Danielle Santa Brígida respondeu que a ideia é substituir o Plano pela

80 política e notificou que o Sr. Washington Luiz Santos do Nascimento Dias enviará o último regimento
81 no grupo de *WhatsApp*. O Sr. Walmir Siqueira questionou quais são os ministérios que estão
82 presentes. Diante do exposto, a Sra. Danielle Santa Brígida solicitou que todos os representantes
83 governamentais se apresentassem, explicou que a mesa está composta pela coordenação do conselho
84 e por ela. Após as apresentações dos conselheiros governamentais, a Sra. Danielle Santa Brígida
85 declarou que existia também a Câmara Técnica de Legislação e Normas, responsável por projetos de
86 lei, monitoramento, acompanhamento, produção de normativas e resoluções produzidas pelo
87 conselho e a Câmara Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência contra a
88 população LGBTQIA+. Questionou se haveria alguma manifestação para fazer alguma alteração ou
89 a manutenção das três Câmaras Técnicas. Depois foi solicitado o envio do documento sobre as
90 câmaras técnicas e questionado se o regimento foi publicado em diário oficial e se pode ser
91 considerado. Foi esclarecido que o regimento foi publicado, mas que o governo anterior apagou a
92 memória, sendo necessário o resgate. A Sra. Danielle Santa Brígida explicou que esse regimento não
93 está em debate, que está sendo citado para esclarecer o que havia e em seguida propor para que o
94 Plenário possua o consenso dessa estrutura para fazer a definição das câmaras e compor a mesa
95 diretora. Foi sugerido que a proposta seja escrita para ser decidida em conjunto, junto com as
96 atribuições de cada câmara. A Sra. Daniela Salomão Gorayed explicou que encontrou na *internet* a
97 resolução de 2010 com as câmaras técnicas e as suas atribuições. A Sra. Danielle Santa Brígida
98 esclareceu que a resolução de 2012 foi enviada. Depois foi solicitada a projeção da resolução. Ato
99 seguinte, a Sra. Daniela Salomão Gorayed pontuou que a Câmara técnica de orçamento é enorme, e
100 que aborda sobre a fala de articulação institucional, planejamento, orçamento e monitoramento do
101 Plano Nacional e questionou se continua do mesmo modo como o de 2012. O Sr. José Christovam de
102 Mendonça Filho sugeriu aproveitar o acúmulo que o conselho anterior possui, acolher as três câmaras
103 e que, caso seja necessário, pode aumentar ou fazer alterações e que podem seguir para a eleição da
104 mesa diretora com o presidente e o vice-presidente. Todos concordaram. A Sra. Danielle Santa
105 Brígida explanou que após o estabelecimento das câmaras, as câmaras apresentam o seu plano de
106 trabalho e o processo de atuação, e a definição passa a ser construída a partir do estabelecimento do
107 regimento do conselho, com debate em momento posterior a partir do próprio planejamento de

108 reuniões do conselho. Solicitou que os conselheiros se dividam para o processo de composição da
109 mesa. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira solicitou a manifestação anterior de cada conselheiro e a
110 organização para que informem para qual câmara técnica desejam se direcionar. A Sra. Danielle Santa
111 Brígida solicitou a manifestação individual dos conselheiros sobre qual câmara desejam permanecer.
112 A Sra. Daniela Salomão Gorayed argumentou que a Câmara Técnica de Legislação e Normas está
113 mais relacionada a atuação do governo. A Sra. Danielle Santa Brígida solicitou que sejam informados
114 o nome da câmara, nome e instituição representante, declarou que os suplentes podem participar da
115 mesma câmara ou em outra câmara e informou que os suplentes na presença do titular possuem direito
116 a voz, mas não direito a voto. A Sra. Daniele Russo Barbosa Feijó asseverou que participará da
117 Câmara Técnica de Legislação e Normas. Foi informado que será escolhido depois. A Sra. Keila
118 Simpson escolheu a comissão sobre monitoramento do Plano. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva
119 comunicou que retornará para a Câmara de Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência contra
120 a população LGBTQIA+. O Sr. Agnaldo Knevez cientificou que participará da Câmara de
121 acompanhamento das violências e violações. O Sr. Washington Luiz Santos do Nascimento Dias
122 noticiou que será colocado o *QR Code* do grupo para os novos integrantes entrarem. O Sr. Delmiro
123 José Carvalho Freitas arrazouou que participará na Câmara de Legislação e Normas. A Sra. Amanda
124 Anderson de Souza questionou quantos representantes podem permanecer em cada câmara, visto que
125 possuem 38 representantes. A Sra. Danielle Santa Brígida respondeu que podem ter mais que duas
126 pessoas na câmara. O Sr. Walmir Siqueira declarou que cooperará na Comissão de Legislação e
127 Normas. O Conselheiro suplente da CUT anunciou que permanecerá na comissão de Legislação e
128 Normas. Depois, a Sra. Aline Luana de Oliveira Chaves anunciou que colaborará na Câmara Técnica
129 de Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência contra a população LGBTQIA+. Ato contínuo,
130 a Sra. Gírlayne Carvalho Machado asseverou que participará na Câmara técnica de Articulação
131 Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos
132 para as pessoas LGBTQIA+. O Sr. Fabian Algarte da Silva afirmou que colaborará na Câmara
133 Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento de Políticas
134 Públicas de Direitos Humanos para as pessoas LGBTQIA+. A Sra. Bruna Benevides notificou que
135 participará da Câmara Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência contra a

136 população LGBTQIA+. Em seguida, a Sra. Deborah Sabará Alves da Silva escolheu a Câmara
137 Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate à violência contra a população LGBTQIA+. A Sra.
138 Janaina Barbosa de Oliveira comunicou que participará pela Câmara de Articulação Institucional,
139 Planejamento, Orçamento e Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos para as
140 pessoas LGBTQIA+. A Sra. Léo Ribas informou que colaborará na Câmara Técnica de
141 Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência contra a população LGBTQIA+. Na sequência, o
142 Sr. Anderson Cavichioli comunicou que participará pela Câmara Técnica de Monitoramento,
143 Prevenção e Combate à Violência contra a população LGBTQIA+. Depois, a Sra. Rivania Rodrigues
144 da Silva escolheu a Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e
145 Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos para as pessoas LGBTQIA+. Com a
146 palavra, a Sra. Adelaide Suely de Oliveira noticiou que participará na Câmara Técnica de Articulação
147 Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos
148 para as pessoas LGBTQIA+. A Sra. Fernanda Costa de Lima afirmou que participará na Câmara
149 Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento de Políticas
150 Públicas de Direitos Humanos para as pessoas LGBTQIA+. A Sra. Isabella Silva Ferreira anunciou
151 que colaborará na Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e
152 Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos para as pessoas LGBTQIA+. A Sra. Maria
153 Luiza Rodrigues de Aquino asseverou que auxiliará na Câmara Técnica de Legislação e Normas. O
154 Sr. José Christovam de Mendonça Filho escolheu a Câmara Técnica de Legislação e Normas. A Sra.
155 Ione Baotista Lidgren escolheu a Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento,
156 Orçamento e Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos para as pessoas LGBTQIA+.
157 A Sra. Denise Santos Soares comunicou que auxiliará na Câmara Técnica de Legislação e Normas.
158 O Sr. Marco Antonio Torres escolheu participar na Câmara Técnica de Legislação e Normas. Em
159 seguida, o Sr. Claudio Nascimento escolheu participar na Câmara Técnica de Articulação
160 Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos
161 para as pessoas LGBTQIA+ e informou que a sua suplente permanecerá na Câmara Técnica de
162 Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência contra a população LGBTQIA+. A Sra. Danielle
163 Santa Brígida reforçou que o titular e o suplente podem estar em câmaras diferentes. A Sra. Amanda

164 Anderson de Souza escolheu participar na Câmara Técnica de Articulação Institucional,
165 Planejamento, Orçamento e Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos para as
166 pessoas LGBTQIA+. O Sr. Eduardo da Rocha Modesto Galvão anunciou que participará na Câmara
167 Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento de Políticas
168 Públicas de Direitos Humanos para as pessoas LGBTQIA+. A Sra. Daniela Salomão Gorayed
169 noticiou que participará na Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e
170 Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos para as pessoas LGBTQIA+. A Sra. Ione
171 Baotista Lidgren retificou informando que gostaria de participar na Câmara Técnica de Legislação e
172 Normas. Em seguida, o Sr. Washington Luiz Santos do Nascimento Dias questionou a dinâmica da
173 participação de conselheiros titulares e suplentes nas câmaras em caso de ausência do conselheiro
174 titular e ponderou que pode haver um consenso progressivo com a votação. A Sra. Danielle Santa
175 Brígida respondeu que essas questões podem ser dirimidas quando o conselho estabelecer o
176 regimento. Acrescentou que as câmaras técnicas não definem o que será publicado, que vários
177 assuntos são debatidos nas Câmaras para depois ser apresentado ao Pleno para a aprovação,
178 manutenção ou alteração para a publicação. Declarou que antigamente nesse sentido as reuniões nas
179 câmaras eram realizadas um dia antes do pleno e as vezes eram separadas do Pleno, onde os
180 conselheiros debatiam e após a aprovação da Câmara, era encaminhado ao Pleno para aprovação.
181 Depois solicitou a manutenção do modelo e pontuou que caso exista qualquer alteração, que seja
182 discutida na discussão do regimento. Com a palavra, o Sr. Claudio Nascimento ressaltou que as
183 câmaras técnicas são colaborativas em que outras pessoas podem participar e asseverou que, quanto
184 a participação do titular e do suplente, a situação pode ser definida e discutida após o regimento. A
185 Sra. Amanda Anderson de Souza sugeriu uma comissão organizadora e questionou quem foi
186 presidente do conselho na gestão anterior para organizar a comissão organizadora. A Sra. Danielle
187 Santa Brígida esclareceu que os encaminhamentos são realizados com a montagem da mesa diretora,
188 que a Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento de
189 Políticas Públicas de Direitos Humanos para as pessoas LGBTQIA+ se tornou a maior Câmara, e
190 comunicou que os representantes de cada Câmara se dirijam as suas respectivas salas para definir o
191 relator e o coordenador de cada Câmara. Complementou que a secretária nacional notificará sobre

192 uma conquista. Com a palavra, a Sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho discorreu sobre a última
193 reunião do CONARE, a importância debater o PPA e opinar sobre a política. Explicou sobre a
194 relevância da demarcação no dia 17 de maio com posse no conselho. Arrazou que nos últimos 100
195 dias saiu o decreto do conselho. Relatou que se organizaram em torno de um mês para avaliar, indicar
196 as organizações, cadastrar as pessoas e emitir as passagens, sendo necessário haver planejamento.
197 Argumentou que o ganho foi maior e que deve haver a participação de todos e ter maior
198 institucionalidade. Alegou que houve um apontamento da transição com a participação da sociedade
199 civil, que houve antigamente uma ruptura nos serviços e que estão felizes por continuar os trabalhos.
200 Salientou a importância do Ministério da Justiça e de verificar algumas normativas como o
201 enfrentamento à violência, pois o Brasil mudou o seu posicionamento no tocante a violência
202 internacional. Informou sobre o reconhecimento das pessoas LGBTQIA+, oriundas de países que
203 criminalizam a existência ao chegar nesse país e solicitam refúgio, que foi pedido o processo de
204 acolhimento facilitado, e destacou que é o primeiro país do mundo a realizar a ação, o que será
205 enviado aos conselheiros. Propôs que informassem o recebimento da notícia e arrazou que gostariam
206 de dialogar com o CONARE para a construção de formulários. Notificou que o MRE estava presente
207 na discussão, complementou que o formulário se trata de uma informação e argumentou que a
208 interiorização e o fortalecimento da identidade de gênero devem ser debatidos. Em seguida, a Sra.
209 Danielle Santa Brígida anunciou que a Câmara Técnica de Legislação e Normas possui como
210 presidente o Sr. Walmir Siqueira e como relator o Sr. Delmiro José Carvalho Freitas. Acrescentou
211 que a Câmara Técnica de Câmara de Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência contra a
212 população LGBTQIA+ decidiu como presidenta a Sra. Bruna Benevides e a Sra. Léo Ribas e como
213 relatora a Sra. Aline Luana de Oliveira Chaves. Quanto a Câmara Técnica de Articulação
214 Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento de Políticas Públicas de Direitos Humanos
215 para as pessoas LGBTQIA+, comunicou que foi imposto como coordenador o Sr. Fabian Algarte da
216 Silva e como relatora a Sra. Girlayne Carvalho Machado. Ato seguinte, a Sra. Bruna Benevides
217 asseverou que houve uma dúvida quanto a existência de presidência e vice-presidência, podendo ser
218 desconsiderado caso não seja necessário a existência de vice-presidente. Diante do exposto, o Sr.
219 Claudio Nascimento concordou com a existência de uma vice-presidência nas comissões. A Sra.

220 Danielle Santa Brígida clarificou que essa dinâmica é estabelecida de acordo com o critério de cada
221 Câmara e ressaltou que são no mínimo duas pessoas, uma como titular e outra como vice-presidente.
222 Depois passou para a eleição da presidência do conselho e solicitou uma manifestação da sociedade
223 civil quanto a eleição e manifestação de nomes. A Sra. Keila Simpson parabenizou a presença da
224 secretária e notificou que a sociedade civil concordou de forma consensual quanto a candidatura da
225 Sra. Janaina Barbosa de Oliveira como presidenta e se candidatou. A Sra. Danielle Santa Brígida
226 comunicou que foi alcançado o *quórum* às 10:00 e que foi aprovado por aclamação a eleição da Sra.
227 Janaina Barbosa de Oliveira como presidenta do próximo biênio do Conselho Nacional de Direitos
228 das Pessoas LGBTQIA+. Depois, foi comunicado que a vice-presidente da Câmara Técnica de
229 Legislação e Normas será a Sra. Denise Santos Soares. Ato seguinte, a Sra. Janaina Barbosa de
230 Oliveira discorreu sobre o papel da política, o histórico da luta para a busca de direitos e
231 reconhecimentos e a importância da sociedade civil. Depois destacou a importância do conselho e da
232 mudança para o papel deliberativo e definição do caminho certo, sendo necessário participar das
233 reuniões e contribuir. Finalizou agradecendo a todos. Depois, foi empossada a Sra. Janaina Barbosa
234 de Oliveira como presidenta. Foram convidados para a mesa diretora o Sr. Walmir Siqueira, a Sra.
235 Bruna Benevides, o Sr. Fabian Algarte da Silva e a vice-presidência que atua como participação
236 oficial do governo. Foram encerradas as atividades no período matutino. **Abertura da reunião -**
237 **Tarde:** A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira iniciou a reunião, ressaltou a importância da prestação de
238 contas, notificou que os conselheiros: Deborah Sabará Alves da Silva, Aline Luana de Oliveira
239 Chaves, Fernanda Costa de Lima, Girlayne Carvalho Machado, Marco Antonio Torres, Walmir
240 Siqueira precisam enviar os seus cartões de embarque, podendo ser enviado pelo Whatsapp. Foi
241 informado que o Sr. Claudio Nascimento e o Sr. Delmiro José Carvalho Freitas enviaram os seus
242 cartões de embarque e que está esperando a Sra. Jovanna Cardoso da Silva. Ato seguinte, foi
243 informado como ponto de pauta as resoluções do Conselho Nacional anteriormente retiradas. Foi
244 explicado que as resoluções fruto desse conselho pode ser encaminhadas hoje e que, quanto as
245 resoluções realizadas de forma conjunta os ministérios relacionados devem ser contatados, sendo
246 necessário discutir as resoluções para fazer atualizações. Foi destacado que o cronograma será
247 aprovado depois e que houve o destaque de quais eram resoluções técnicas e quais estão em

248 funcionamento. Foi notificado que a numeração da resolução nº 11 de 18 de maio foi atualizada, em
249 que são estabelecidos os parâmetros para a inclusão dos itens orientação sexual e identidade de gênero
250 e nome social nos boletins de ocorrência. Foi reforçado que caso haja alguma discordância, a
251 resolução pode ser enviada para a Comissão de Violência e Legislação e Norma para atualização. Foi
252 aprovada a permanência da resolução. Depois, todos aprovaram a permanência da resolução nº 12,
253 que estabelece o parâmetro para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis
254 e transexuais e todas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços
255 sociais no sistema, como as instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento
256 institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Foi solicitado que as avaliações e a
257 norma devem ser encaminhadas para a comissão de Políticas, pois envolvem frutos e ações. Foi
258 destacado que a resolução de regimento interno do conselho foi aprovada e atualizada. Com a palavra,
259 o Sr. Claudio Nascimento argumentou que as resoluções podem ser discutidas com mais cautela em
260 outro momento. O Sr. Marco Antonio Torres sugeriu estabelecer uma metodologia de trabalho sobre
261 a norma, com a avaliação a ser realizada pela Câmara. Propôs que antes da próxima reunião possa ser
262 encaminhada uma atualização de detalhes técnicos como a data de publicação e que em seguida que
263 seja colocado o acesso para comentários para todo o conselho discutir e votar na reunião os
264 comentários introduzidos. Foi concordado. A Sra. Bruna Benevides questionou se alguém leu todas
265 as resoluções, pontuou que todas serão revisadas até a aprovação e sugeriu a aprovação das resoluções
266 para em seguida serem revisadas. O Sr. Claudio Nascimento concordou e sugeriu ler o escopo de cada
267 resolução para avaliação. Foi destacado que os conselheiros devem ter ciência quanto as resoluções
268 e foi concordado com a criação de um *drive* do conselho para verificar as resoluções. Foi concordado
269 com as resoluções no *drive*, destacado que existem resoluções do Ministério da Justiça e Segurança
270 Pública que precisam ser discutidas e que a resolução realizada com o Conanda nunca foi publicada,
271 o que não impede a proposição de uma nova resolução e a discussão com o Conanda sobre o assunto.
272 Com a palavra, o Sr. Washington Luiz Santos do Nascimento Dias lembrou que uma resolução
273 conjunta com o Conanda foi aprovada pelo Conanda e CNCD, todavia esta resolução não foi
274 publicada, sendo necessário resgatar a redação e encaminhar para a Comissão de Enfrentamento à
275 Violência para análise. Lembrou que também foi aprovado no Pleno uma resolução em conjunto

276 com o Conselho Nacional de Política Penitenciária e Criminal, sendo essencial resgatar e
277 possivelmente ser revista pela Comissão de Enfrentamento à Violência. O Sr. Claudio Nascimento
278 concordou com a aprovação e a atualização das resoluções pelas comissões. Sugeriu que as resoluções
279 não publicadas fossem incluídas como pauta nas comissões para aprovação. Foi esclarecido que é
280 necessário que as resoluções conjuntas precisam dialogar com os conselhos de forma conjunta e que
281 o assunto pode ser debatido. O Sr. Claudio Nascimento argumentou que as resoluções publicadas
282 serão aprovadas e que caso seja necessário revisar, as comissões podem analisar. Pontuou que as
283 discussões que começaram a ser discutidas e não foram publicadas precisam de retomada do debate
284 no conselho e nas comissões. Foi esclarecido que podem ser elaborados novos itens, mas que devem
285 ser aprovados pelo Pleno. Depois, foi informado que os órgãos relacionados as resoluções conjuntas
286 serão contatados e que as resoluções do conselho serão enviadas para debate. O Sr. Marco Antonio
287 Torres argumentou que o *drive* seria utilizado para as resoluções que estão sendo trabalhadas,
288 havendo uma divisão do que está implantado de forma efetiva e do que está em processo de alteração.
289 A Sra. Bruna Benevides asseverou que existe como desafio a verificação das resoluções efetivas e
290 públicas e as resoluções que estão em andamento. Foi explicado que as duas primeiras resoluções
291 aprovadas e o regimento são extintas e únicas de caráter desse conselho, e as demais resoluções
292 conjuntas não são públicas, mas que estarão no *drive* para discussão e atualização. Foi
293 complementado que as resoluções frutos do conselho serão retornadas para as Câmaras Técnicas para
294 as devidas revisões, sendo necessário encaminhar para uma revisão mais precisa. Foi destacado que
295 as resoluções conjuntas podem demorar para serem publicadas, enquanto as resoluções próprias do
296 conselho podem ser aprovadas mais rapidamente. A Sra. Bruna Benevides questionou se as três
297 resoluções foram publicadas e estão vigentes. Foi esclarecido que foram revogadas e retornadas. A
298 Sra. Bruna Benevides demonstrou a sua preocupação com as resoluções conjuntas, pois serão
299 discussões que serão iniciadas novamente, com todos os assuntos repactuados. Foi salientado que
300 podem ser enviadas as propostas para a aprovação e análise nos conselhos. Depois, foi registrada a
301 presença da Sra. Tiffany Conceição, Coordenadora das Políticas LGBT do Governo do Estado da
302 Bahia, da Sra. Rebeca Marinho, Representante da Associação de Travestis, Transexuais e
303 Transgêneros do Estado de Roraima, da Sra. Ariadne Ribeiro, Oficial de Igualdade e Direitos

304 UNAIDS, da Sra. Caroline Molina, Representante da Coordenação-Geral de Participação Social e do
305 Sr. Marcelo Pires, Coordenador Geral de Participação Social. Em seguida, foi apresentado o
306 calendário de funcionamento do conselho em 2023. Foi proposto como prazos para a ocorrência de
307 reuniões ordinárias os dias 27 a 29 de junho em Brasília, 22 e 23 de agosto de 2023 em Brasília, 17 e
308 18 de outubro (com o local deve ser definido) e a última reunião nos dias 30 de novembro a 1º de
309 dezembro em Brasília. Iniciada a votação, o calendário foi aprovado por unanimidade. Ato seguinte,
310 foi ressaltado que as reuniões das Câmaras Técnicas normalmente ocorrem um dia ou dois dias antes,
311 dependendo da demanda e da necessidade do Pleno, o que não impede a realização de reuniões
312 virtuais. Foi solicitado que as reuniões sejam realizadas com o mínimo de manifestação de 72 horas
313 para que as pessoas possam se organizar para acompanhar. Sobre o Plano de Articulação e Ação, foi
314 informado que deve ser encaminhado à coordenação executiva do conselho para a produção. Depois
315 foi explicado que as representações do Ministério de Direitos Humanos se responsabilizarão por
316 contatar os demais conselheiros governamentais ausentes, verificar os conselheiros que não
317 justificaram a sua ausência e os conselheiros que estavam presentes. Na sequência, foi iniciado o
318 debate sobre o PPA. Foram convidados para a mesa a Sra. Caroline Molina e o Sr. Marcelo Pires. A
319 Sra. Caroline Molina esclareceu que o governo está se esforçando para desmistificar e envolver a
320 participação da sociedade na construção do PPA. Explicou que o Plano Plurianual (PPA) é uma das
321 peças da administração pública que orientam a parte orçamentária e financeira de um governo.
322 Clarificou que um ciclo de um PPA estabelecido no governo anterior está sendo encerrado, e que
323 outro PPA está sendo construído com duração de 4 anos, válido a partir do próximo ano. Discorreu
324 sobre a LOA e o LDO, anunciou que a Secretaria está realizando movimentos para permitir a
325 participação social, como a realização do Fórum Interconselhos em abril com representações
326 LGBTQIA+ do ministério e a discussão sobre o que se pretende para o Brasil nos próximos quatro
327 anos, especificamente com conselheiros/as de diversos conselhos nacionais. Declarou que a próxima
328 reunião do Fórum Interconselhos será realizada nos dias 26 e 27 de junho em Brasília, onde serão
329 enviados convites e que serão aumentadas a quantidade de vagas. Acrescentou que a terceira etapa
330 do Fórum ocorrerá provavelmente em 26 e 27 em agosto e que, em seguida o processo será encerrado
331 para o envio da proposta oficial para o congresso. Afirmou que foram iniciadas as plenárias do PPA

332 Participativo desde a semana passada nas capitais dos estados com a primeira Plenária em Salvador
333 e a participação do Presidente Lula. Arrazoou que ocorreu a Plenária de Maceió, João Pessoa e Recife.
334 Acrescentou que haverá uma outra rodada na Região Nordeste no próximo final de semana que
335 ocorrerá em Fortaleza, Teresina, São Luís e Natal. Depois informou sobre cartilha recebida com o
336 calendário, que podem sofrer alterações por causa dos governos estaduais e municipais. Notificou
337 que a reunião de Sergipe prevista para o dia 11 de maio não foi realizada, porém, as demais reuniões
338 não foram alteradas. Destacou a importância das plenárias estaduais para a mobilização da sociedade
339 civil, em que serão apresentadas 15 propostas para serem debatidas e enfatizou que, como são
340 períodos curtos de três horas, não se está prevendo muitas contribuições nessas plenárias. Depois,
341 discorreu sobre a plataforma do PPA participativo que foi aberta no dia 11 de maio e se encerrará no
342 dia 10 de julho com a Plenária de São Paulo onde qualquer cidadão, com o acesso por meio de seu
343 CPF no portal gov.br pode priorizar até três programas do Governo Federal, apresentar outras
344 propostas e votar nas propostas, sendo uma plataforma de fácil interação, onde se esperam
345 participações. Noticiou que está sendo proposto que as organizações promovam e estimulem a
346 realização das plenárias populares para se organizarem a fazerem a inserção de propostas na
347 plataforma. Citou como características do PPA participativo o Fórum Interconselhos, as plenárias
348 estaduais, as plenárias populares e a participação digital. Ponderou que o processo do PPA continuará
349 nos outros anos, mas com outros desafios, que estará mais vinculado a LDO e a LOA. Ressaltou a
350 importância da participação, pois pretende-se elaborar um resumo para entregar aos ministérios as
351 propostas mais votadas. Na sequência, o Sr. Marcelo Pires cumprimentou a todos/as, questionou
352 como o conselho pode participar e interferir no PPA participativo e respondeu que pode participar
353 por causa da sua representatividade, assim como os outros conselhos. Arguiu que o Fórum
354 Interconselhos é representativo, pois a reunião ocorre com conselheiros que representam uma
355 entidade ou órgão e lembrou a criação de órgãos que incentivam a participação social no governo.
356 Relatou que ocorreram alguns problemas como a ausência de conselheiros pela falta de cota mínima,
357 todavia pode aumentar no decorrer das reuniões, sendo fundamental a participação social. Logo em
358 seguida, foi apresentado o site *brasilparticipativo.presidencia.gov.br*. Foi orientado o
359 credenciamento antecipado de pessoas no site, anunciado que a próxima plenária será no dia 25 de

360 maio em Natal das 16:00 às 19:00, em Fortaleza será no dia 26 das 10:00 às 13:00, que em Teresina
361 ocorrerá no dia 26 de maio das 18:00 às 21:00 e que em 27 de maio ocorrerá em São Luís das 10:00
362 às 13:00. Diante do exposto, foi proposto que o conselho subsidie as demais instituições que queiram
363 se basear na opinião do conselho, aprovar a discussão interna e votar pelo *WhatsApp* caso exista
364 alguma discordância. Foi questionado pela Sra. Janaina Barbosa de Oliveira se no site do PPA
365 participativo pode votar em três propostas do governo, três propostas da sociedade civil e apresentar
366 três propostas sobre os mais variados temas, sendo necessário saber quantas vezes é permitido
367 contribuir. Questionou também como se está pensando nas propostas mais votadas com relação as
368 políticas gerais como o combate à fome e políticas específicas, como o combate à violência a
369 população LGBTQIA+. Em seguida, o Sr. Claudio Nascimento destacou a importância da
370 participação, considerou essencial a presença dos conselheiros, e pontuou que ao colocar a presença
371 de vários conselheiros, os conselheiros de setores menos representativos podem ser invisibilizados.
372 Perguntou como as questões relativas à população LGBTQIA+ discutidas nesses fóruns terão alguma
373 absorção efetiva no processo final. Questionou como o *site* será constituído em uma consequência
374 para que população LGBTQIA+ tenha visibilidade, sendo interessante saber as propostas que foram
375 expostas relacionadas a população LGBTQIA+ e se possui algum *kit* específico digital que explica o
376 PPA. Anunciou que se pretende participar na Plenária do Rio de Janeiro e questionou se podem
377 assessorar em alguma dúvida. A Sra. Deborah Sabará Alves da Silva questionou se no site haverá
378 um campo separado com relação ao tema LGBTQIA+. O Sr. Fabian Algarte da Silva questionou
379 como está ocorrendo o processo de divulgação na mídia aberta para a adesão da participação das
380 pessoas via *site* e presencial nas estruturas estaduais. Depois, a Sra. Léo Ribas se apresentou,
381 informou que participou do Fórum Interconselhos, complementou que não encontrou no site o que
382 foi proposto, que não foi enviado o relatório e questionou como está sendo sistematizado e como
383 acessarão o que foi proposto. A Sra. Rivania Rodrigues da Silva arrazoou que participou em
384 Pernambuco e argumentou que deve ter um *feedback* do que foi realizado e pensou que seria enviado
385 algum *e-mail* para o acompanhamento das propostas. A Sra. Caroline Molina esclareceu que cada
386 pessoa pode escolher três programas que o Governo Federal definiu e que para otimizar foram
387 selecionados alguns programas para colocar na plataforma. Explicou que, no campo proposta pode

388 ser inserida uma proposta ou votar em propostas existentes, com três interações, sendo essencial a
389 união das organizações com relação a quem insere a proposta e quem vota. Acrescentou que as
390 propostas nacionais estão em curso, que haverá um balanço das propostas no final da Plenária que
391 ocorrerá em São Paulo e que será repassada a Secretaria a proposta de repassar aos conselhos.
392 Explicou que em alguns dias que antecedem as plenárias estaduais a divulgação é realizada por *cards*
393 e em mídias abertas, que os serviços de divulgação estão sendo descentralizados para as assessorias
394 de comunicação dos ministérios e que os ministros estão divulgando em emissoras locais antes da
395 Plenária. Afirmou que na Região Nordeste ocorreu seminários antes da Plenária estadual, com o
396 intuito de verificar a forma que as organizações podem dialogar para elaborar uma proposta. Notificou
397 que isso pode ser realizado por regiões e que podem ser passados de estados de outras regiões.
398 Enfatizou que o Relatório Interconselhos não foi terminado, por isso não foi encaminhado. Diante do
399 exposto, o Sr. Washington Luiz Santos do Nascimento Dias compreendeu que é necessário
400 estabelecer os programas prioritários e que a sociedade civil discuta os programas elencados.
401 Destacou a importância da pauta sobre a população LGBTQIA+ e questionou como foi realizada a
402 seleção dos programas, visto que em outros Fóruns Interconselhos foram encontradas brechas para a
403 discussão sobre a pauta. A Sra. Ione Baotista Lidgren ponderou que existem estados com mais de um
404 conselheiro, sendo necessário referendar todos, pois possuem demandas diversas. Concordou com a
405 participação no Fórum Interconselhos. Depois foi destacada a importância do monitoramento
406 permanente das conferências e da participação para determinar os critérios dos próximos fóruns. Foi
407 salientado que a temática LGBTQIA+ está presente em todos os conselhos e que o conselho definirá
408 quem participará. Ato seguinte, a Sra. Janaina Barbosa de Oliveira agradeceu a presença, pontuou
409 que não sabe se pode esperar o próximo PPA, sendo necessário participar agora, pois não houve
410 nenhuma execução de políticas públicas em seis anos. Anunciou que estão à disposição para
411 divulgação, que possuem uma proposta de formulação para nortear os conselhos e sugeriu anunciar
412 oficialmente. Com a palavra, o Sr. Renato Simões arrazoou sobre o histórico do Programa Nacional
413 de Direitos Humanos, a Conferência estadual de Direitos Humanos de 1996 em São Paulo, a criação
414 de conselho de direitos humanos em São Paulo e punição de atos homofóbicos. Enfatizou que parte
415 da função da secretaria é resgatar o legado da participação social para repor o que foi destruído, sendo

416 fundamental a recomposição dos conselhos. Explicou que o Fórum Interconselhos é composto
417 exclusivamente por entidades da sociedade civil e que acontecerá no mês de junho com uma segunda
418 etapa do PPA participativo, com data tentativa de 26 e 27 de junho, sendo o PPA da reconstrução.
419 Explanou que, o que foi proposto na eleição não está relacionado a perspectiva orçamentária e que os
420 ministérios novos não respondem por programas relacionados ao assunto, sendo que, na falta de
421 ações, os orçamentos faltam e as entregas também. Salientou que na segunda etapa os programas
422 serão discutidos, pois cada programa possui objetivos, metas, indicadores e entregas, o que está
423 relacionado ao PPA. Alegou que a falta de visibilidade está em discussão com o ministério e que será
424 objeto das plenárias estaduais e territoriais. Complementou que as plenárias estaduais estão focadas
425 na motivação e que será a plataforma que visibilizará a criação de prioridades. Discorreu que as
426 propostas serão importantes para o aprimoramento de políticas, sendo fundamental a participação
427 social e o engajamento. Noticiou que foram colocadas mais de 900 propostas inscritas e recebidos
428 mais de 50.000 votos. Concluiu informando que é o começo de uma nova jornada, pois o presidente
429 receberá os autores das cinco propostas mais votadas da plataforma. Complementou que está
430 redirecionando o Nordeste 2, que comparecerão no Rio Grande do Norte e em outros estados do
431 Nordeste e que na outra semana comparecerão na Região Norte para incentivar a participação, onde
432 três dias antes é enviada uma equipe para o estado e anunciou que serão feitos seminários prévios
433 para definir as 10 pautas prioritárias de cada estado, de forma que haverá um canal para visibilizar
434 as pautas. Alegou que podem fazer plenárias virtuais, abrir canais para debates e que será lançada
435 novas funcionalidades no dia 10 de julho. Explicou que plataforma é destinada ao Brasil Participativo
436 e afirmou que poderão ser criados ambientes virtuais dos conselhos na plataforma futuramente.
437 Parabenizou a posse e agradeceu a todos. O Sr. José Christovam de Mendonça Filho reconheceu a
438 importância do instrumento da consulta popular dentro do aspecto democrático, porém, ponderou que
439 dificilmente ganharão nessa disputa em uma sociedade machista, sendo necessário o governo
440 entender as necessidades da população LGBTQIA+. Arrazoou sobre as dificuldades enfrentadas pela
441 população LGBTQIA+ e sugeriu a secretaria incluir a pauta LGBTQIA+ no PPA, pois dificilmente
442 ganharão. O Sr. Renato Simões explanou que não é um plebiscito ou programa de governo do
443 Presidente Lula. Pontuou que as instâncias de participação social são variadas e argumentou que ao

444 colocar a obrigação do governo de conhecer, o governo pode não precisar ouvir ninguém, sendo
445 necessário haver o diálogo, pois o governo desconhece muitas situações, por isso foram incluídas as
446 plenárias, para abrir espaço para que as minorias possam participar e arrazoou que a quantidade de
447 votos será para fornecer visibilidade aos grandes programas com apoio social mais expressivo.
448 Clarificou que o PPA está dividido em quatro camadas de participação e que é o ministério que
449 promove os direitos, onde os conselhos interagem com as assessorias de participação social, o Fórum
450 Interconselhos, com a representatividade igual a de outros conselhos, as Plenárias e a forma digital.
451 Avisou que a quantidade de conselheiros participantes no Fórum foi aumentada para seis e que pode
452 ser ampliada para nove. Argumentou que buscam georreferenciar os dados para obter uma análise
453 qualitativa e ressaltou poderá ser verificada a flexibilidade para que a pessoa que não possui direito a
454 voto seja reconhecida. A Sra. Rivania Rodrigues da Silva ponderou que em Pernambuco buscam a
455 transversalidade nas propostas e que é importante cruzar os dados. Salientou que os direitos da
456 população devem ser incluídos e que os conselheiros devem ter atitudes. O Sr. Nilson Florentino
457 Júnior relatou que estão acompanhando e que estão à disposição para fazer a intermediação. O Sr.
458 Claudio Nascimento explanou sobre a história do Sr. Renato Simões, sendo importante na pauta.
459 Salientou que deve ser verificado como cada ministério incluiu a comunidade LGBTQIA+ como um
460 programa, como a existência dessa secretaria no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania,
461 com a parte da participação social e a parte que o Ministério elabora a proposta do Plano Plurianual
462 e que é necessário observar se incluiu um programa para verificar quanto aos recursos.
463 Complementou que por meio da plataforma será possível conhecer pessoas da comunidade LGBT
464 que estão inseridas e conhecer setores que desconhecem. Por outro lado, alegou que é necessário ter
465 um instrumento para proteção, sendo necessário construir um conjunto de propostas e ressaltou como
466 desafio o uso desse instrumento para a participação social. O Sr. Renato Simões sugeriu analisar os
467 termos de uso e elaborar mais sugestões. Complementou que para cada proposta existe um grupo de
468 moderadores para a avaliação, que não possuem uma funcionalidade de moderação prévia, um
469 conjunto de termos que automaticamente exclui uma proposta, mas que existe uma moderação
470 humana e que seria interessante a avaliação dos conselheiros quanto ao aprimoramento do assunto.
471 Notificou que a plataforma não permite, a não ser que tenha um ataque muito sofisticado de *hackers*

472 para influir no conteúdo, pois é um CPF que origina a participação e que está no gov.br para ter essa
473 segurança. Enfatizou que o debate deve ser realizado nos ministérios, que ter mais programas não
474 quer dizer que haverá mais direitos, e que pode ter um programa geral com objetivos. Ponderou que
475 esse é o ministério que está com mais setores, relatou discussão com outro ministério sobre a
476 interferência de decisões administrativas no processo. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira agradeceu
477 a presença, registrou a presença da Secretária de Políticas para a População LGBTQIA+ do Ceará e
478 do seu secretário executivo. Convidou as representações da UNAIDS. Depois foi lançada uma
479 publicação da Legislação HIV no Brasil, que foi reformulada e uma impressão do último relatório da
480 UNAIDS sobre a perspectiva global da pandemia. Foi anunciado que se tem um cenário global de
481 como a epidemia está se instituindo e que a perspectiva global é necessária para ter uma expectativa
482 de como deve funcionar em termos de gerenciamento de dados. Foi enfatizado que muitas pessoas
483 morrem de AIDS, sendo algo inadmissível pois existe tratamento. O Sr. Andrey Roosevelt Chagas
484 Lemos se apresentou, cientificou que participará do conselho com a sua suplente, notificou que ontem
485 foi aberto pela primeira vez a conferência livre de equidade e determinantes sociais, entendendo que
486 a saúde deve observar as desigualdades no país. Anunciou que está ocorrendo na FIOCRUZ e conclui
487 amanhã. Destacou a importância do PPA, pois sem ele a política pública não avança e arrazoou sobre
488 discussão que ocorreu na saúde quanto a promoção na saúde. Externou sua felicidade em participar
489 do processo. Em seguida, a Sra. Janaina Barbosa de Oliveira questionou se todos visualizaram o
490 documento, esclareceu que o PPA retorna ao debate e que deseja que seja aprovado o texto-base e
491 referência. Ponderou que caso haja algum assunto fora do exposto, pode ser realizada uma reunião
492 extraordinária. O Sr. Claudio Nascimento questionou se pode marcar na próxima semana para discutir
493 a proposta. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira questionou se pode aprovar o documento enviado
494 como texto-base e se pode marcar reunião no dia 23 às 13:30 de forma virtual. Todos concordaram
495 com a aprovação do texto-base e com a reunião. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira propôs o convite
496 ao Ministério da Educação para apresentar o que está sendo pensado para o PPA e questionar qual a
497 política que está sendo desenvolvida no Ministério para a população LGBTQIA+, convidar a
498 secretaria de LGBT para discutir sobre o PPA, participar do encontro nacional e convidar o Ministério
499 do Planejamento. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva externou a sua preocupação quanto a política do

500 MDS de reativação e apoio às comunidades terapêuticas e sugeriu o convite para algum representante
501 dessa política. Foi incluído o convite para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
502 Família e Combate à Fome. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira salientou a priorização do convite
503 aos ministérios e depois à secretaria para discutir o PPA. Iniciada a votação, todos concordaram com
504 as propostas. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira informou que foi disponibilizado três vagas para o
505 Fórum Interconselhos. A Sra. Bruna Benevides salientou a importância da presença dos suplentes e
506 propôs que na próxima reunião presencial todos os titulares e suplentes compareçam, para que as
507 suplências possam ser empossadas. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira discorreu sobre a proposta da
508 Sra. Bruna Benevides para solicitar ao Ministério a presença de titulares e suplentes na próxima
509 reunião presencial. Iniciada a votação, foi aprovado por unanimidade. A Sra. Janaina Barbosa de
510 Oliveira solicitou que seja realizado um debate para eleger os conselheiros representantes que
511 comparecerão no Fórum Interconselhos, visto que são três vagas e que deve ser informado até quarta-
512 feira. Todos concordaram. O Sr. Washington Luiz Santos do Nascimento Dias sugeriu a discussão na
513 comissão de políticas. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira esclareceu que as três vagas podem ser
514 direcionadas para uma Câmara Técnica e que, caso as vagas sejam ampliadas, podem ser colocados
515 representantes de outras câmaras. Todos concordaram. **Encerramento:** A Sra. Janaina Barbosa de
516 Oliveira agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.